

EQUIDADE EDUCATIVA

Os objetivos globais acordados pelos Estados na Conferência Mundial de Educação de 2000, em Dakar, giraram em torno à necessidade de assegurar uma educação de qualidade para todos, especialmente para aqueles grupos historicamente postergados e vulneráveis na atualidade. (UNESCO, 2000). Isso evidenciou que o modelo de qualidade proposto nas décadas anteriores não havia dado os resultados esperados. De fato, esse modelo, impulsionado pelas chamadas reformas neoliberais, assentou-se sobre o suposto de que a educação é um processo igual para todos, sem importar o contexto no qual se dá, nem as características dos que participam nele.

Isso corresponde aos princípios utilitaristas segundo os quais a qualidade da educação deve ser homogênea para poder ser medida e, portanto, ser alcançada. Essa ideia de qualidade pertence ao que Nussbaum (1997) denominou *comensurabilidade*, atributo que se caracteriza por considerar toda ação humana como redutível a um mesmo padrão e, portanto, mensurável.

Em contraposição a essa ideia amplamente difundida de qualidade educativa, em princípios do século XXI, (re)apareceram noções de qualidade de corte mais humanista e com enfoques mais críticos. Estas reconhecem que a qualidade educativa supõe respeitar o direito a uma educação para todos e reconhecer a diversidade; particularmente a cultural.

Desse modo, a reafirmação que todas as pessoas (sem exceção) são sujeitos de direito e no valor da diferença fez com que a educação já não fosse entendida mais como educação homogênea e muito menos homogeneizante.

É nesse marco que o conceito de equidade surge nas agendas de discussão educativa ao evidenciar-se que as políticas educativas de acesso e a aposta na ampliação da cobertura não asseguraram, de maneira alguma, melhoras na educação de meninos e meninas. Tal como afirma Morduchowicz (2003), constatou-se que a igualdade de oportunidades no acesso não eliminava as disparidades iniciais.

A noção de equidade começa a ser uma ideia importante no desenvolvimento das políticas educativas. Vai deixando de associar-se a igualdade de oportunidades à medição de acesso, para focar-se mais nos resultados educativos. Isso nasce, em parte, da constatação de que

igualar a oferta de recursos educativos para grupos realmente heterogêneos derivava em maior exclusão dos mais vulneráveis. “A noção de equidade renuncia à ideia de que todos somos iguais e é precisamente a partir deste reconhecimento das diferenças que se propõe uma estratégia para lograr essa igualdade fundamental.” (LÓPEZ, 2005, p. 68).

Não obstante, a noção de equidade não é só um exercício acadêmico, pois tem correlatos imediatos em assuntos próprios do funcionamento dos sistemas educativos. As propostas para combater a iniquidade educativa supuseram, por exemplo, que os Estados montassem programas compensatórios que propõem desde a transferência de diferentes recursos às escolas menos favorecidas até a implementação de programas de ação afirmativa. Do mesmo modo, são implementadas ações fundamentadas nas quais os sistemas educativos reconhecem a diversidade existente levando em conta a realidade de cada Escola e seus desiguais níveis de desenvolvimento institucional, diferentes contextos de aprendizagem e necessidades específicas. Finalmente, esse tipo de políticas promove a mobilidade educativa intergeracional, facilitando o acesso de estudantes de baixa renda à educação secundária e superior, e promove também a integração social nas escolas, enfocando ações específicas contra a segregação. Todas essas políticas e programas estão inseridos na ideia fundamental de recuperar a dimensão política nas políticas de equidade educativa compreendendo nelas a estratégia de enfrentar a reprodução da desigualdade social na educação (REIMERS, 2000). “A ideia de equidade aparece como um projeto político de busca da igualdade a partir do reconhecimento das desigualdades iniciais” (LÓPEZ, 2005, p. 22).

A busca da equidade requer também decisões concretas no desenho e implementação de políticas públicas. Supõe, por exemplo, decisões sobre o gasto por aluno, a matrícula oportuna em zonas rurais, a sobrevivência e a promoção dos estudantes mais vulneráveis, a qualificação dos docentes, a diminuição do analfabetismo, a paridade de sexo, a cobertura (especialmente associada à zona de residência, etnia e substrato linguísticos) e os resultados na aprendizagem.

Pode-se notar que o conceito de equidade, embora pareça ter consenso entre os educadores, não é unívoco. As posições com respeito à origem da equidade variam entre aqueles que sustentam que a equidade na educação está “fora do sistema” e por isso é necessário um mínimo de condições socioeconômicas para que uma pessoa seja educável e aqueles que, por outro lado, adotam posturas que afirmam contundentemente que a origem e a manutenção da equidade se localizam dentro do sistema educativo, especificamente, dentro da Escola. De

fato, a América Latina é, na atualidade, um cenário particular onde convivem, pelo menos, três discursos que relacionam qualidade e equidade. Se bem esses discursos reconhecem a importância de entender qualidade e equidade como categorias inseparáveis, existem suficientes elementos que separam uns de outros.

Baseada na educação como direito, encontramos a proposta da ORELAC – UNESCO (2007) que considera a equidade como uma característica fundamental da qualidade. De outro lado e considerando o âmbito socioeducativo, o IPE – UNESCO (LÓPEZ, 2005) localiza a equidade como uma condição fundamental para alcançar qualidade. Finalmente, a proposta do Banco Mundial (VEGAS; PETROW, 2008) persiste em entender a equidade como a aspiração ou fim último que se alcançaria assim que se obtenha a qualidade.

É importante notar que essas reflexões aparentemente educativas são parte de uma discussão maior sobre os fundamentos da justiça social, pois cada vez mais o reconhecimento da existência do outro, o valor que essas diferenças trazem consigo e a importância da diversidade são assuntos inevitáveis na construção de melhores sociedades.

RICARDO CUENCA

LÓPEZ, N. *Equidad educativa y desigualdad social: desafíos a la educación en el nuevo escenario latinoamericano*. Buenos Aires: IPE – UNESCO, 2005.

MORDUCHOWICZ, A. *Discursos de economía de la educación*. Buenos Aires: Losada, 2003.

NUSSBAUM, M. *Justicia poética*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1997.

REIMERS, F. ¿Equidad en la educación? *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, v. 23, n. 2, p. 21-50, 2000.

UNESCO. *Educación de calidad para todos: un asunto de derechos humanos*. Santiago de Chile: OREALC-UNESCO, 2007.

UNESCO. *Marco de acción de Dakar*: educación para todos: cumplir nuestros compromisos comunes. Paris: UNESCO, 2000.

VEGAS, E.; PETROW, J. *Incrementar el aprendizaje estudiantil en América Latina*: el desafío para el siglo XXI. Washington: Banco Mundial, 2008.